



Diário Oficial do MUNICÍPIO

ANO 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RETIROLÂNDIA-BA

A Prefeitura Municipal de Retirolândia, Estado da Bahia, visando a transparência dos seus atos, vem a PUBLICAR:

DECRETOS Nº 47, Nº 48 E Nº 50, DE 09 DE JANEIRO DE 2025



LEI Nº 12.527/2011 - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

A Lei nº 12.527/2011 regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades.

A Lei vale para os três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive aos Tribunais de Conta e Ministério Público. Entidades privadas sem fins lucrativos também são obrigadas a dar publicidade a informações referentes ao recebimento e à destinação dos recursos públicos por elas recebidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
RETIROLÂNDIA
ESTADO DA BAHIA

Gestor: José Egnildo dos Santos

Sec. de Governo:

Editor: Ass. de Comunicação Retirolândia - BA

**Lê o Diário Oficial do
Município na Internet**

ACESSE

www.indap.org.br

Rua Argemiro Evaristo da Costa, nº 177, CEP: 48.750-000, Centro, Retirolândia-BA, Tele-Fax: 75-3202-1176



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2025 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04
Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INP!



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Estado da Bahia
MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 48, de 09 de janeiro de 2025

“Suspende as vantagens aos servidores públicos municipais denominada estabilidade econômica deferidas a partir do ano de 2024 e determina a abertura de processo administrativo para apurar sua legalidade”

O Prefeito Municipal de Retirolândia, no uso das atribuições que lhe confere os Inciso XXVIII e XXIX do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e

Considerando as informações prestadas pela Comissão de Transição através do Relatório Preliminar datado de 02 de janeiro de 2025, em especial no que diz respeito a **POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM CONCESSÃO DE ESTABILIDADE ECONÔMICA.**

Considerando o artigo 21 Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve ser nulo de pleno direito qualquer ato que aumente despesas nos 180 dias anteriores ao final do mandato.

Considerando PROCESSO Nº 01917e20 PARECER Nº 00208-20 do TCM-BA que informa que é vedada a inserção de vantagens pessoais transitórias e as decorrentes do exercício de cargos comissionados e de funções de confiança, a exemplo da estabilidade econômica, à remuneração dos servidores ocupantes de cargos efetivo.

Considerando a nova redação do §9º do artigo 39 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 103/19 que prescreve que “É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.”

Decreta:

Artigo 1º - Fica suspenso os efeitos dos decretos que concedem estabilidade econômica aos servidores:

Antônio Pereira Da Silva – MAT. 388
Acassiano Pereira Rocha – MAT. 720
João Da Silva Carneiro Neto – MAT. 820
Edvânia Carneiro Dos Santos – MAT. 871
Nilton Oliveira Passos – MAT. 392
Anderson De Andrade Oliveira – MAT. 887
Renata Oliveira Rios – MAT. 451
Fidelcina Souza Dos Santos – MAT. 631
Valdinelia De Santana Cunha – MAT. 181

Rua Argemiro Evaristo da Costa, nº 177, CEP: 48 750-000, Centro, Retirolândia-BA
E-mail: chefiagabinetepmr@gmail.com





Estado da Bahia
MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

Maria José Lima Da Silva – MAT. 463
Josemia de Araújo Brito – MAT. 490
Eliete Ferreira Da Silva – MAT. 460
Sônia Do Carmo Oliveira – MAT. 127
Elania Cunha Sampaio Rios – MAT. 194
Eliane Araujo De Oliveira – MAT. 527
Irândi Silva Dos Santos – MAT. 530

Artigo 2º - Determina-se que a Comissão Municipal de Processo administrativo, instituída em decreto 46/2025, abra e dê prosseguimento para apurar a legalidade dos decretos indicados no artigo 1º. Dando ciência aos interessados e oportunizando contraditório e direito de defesa.

Artigo 3º - Determina que a Procuradoria Jurídica ou Assessoria Jurídica que emita parecer a respeito da legalidade dos decretos referidos no artigo 1º.

Artigo 4º - Em caso de decisão administrativa favorável a manutenção da estabilidade econômica, caberá o pagamento ao servidor(a) dos valores não pagos devido à suspensão estabelecida neste decreto.

Artigo 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Retirolândia/BA, em 09 de janeiro de 2025.

JOSÉ EGNILDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Certifico para os devidos fins que este Decreto foi publicado no átrio desta Prefeitura no dia 09 de janeiro de 2025.

AMÉCIO LUIZ SANTOS DE OLIVEIRA
Chefe do Gabinete

Rua Argemiro Evaristo da Costa, nº 177, CEP: 48 750-000, Centro, Retirolândia-BA
E-mail: chefiagabinetepmr@gmail.com

